

Entrevista

História política: desafios historiográficos contemporâneos.

Entrevista com José Miguel Arias Neto

Clayton Barbosa Ferreira Filho*

Gerson Pietta*

Luiz Gustavo de Oliveira*

Wallas Jefferson de Lima*

História política: desafios historiográficos contemporâneos. Entrevista com José Miguel Arias Neto

Resumo: A entrevista com o professor e pesquisador Dr. José Miguel Arias Neto aborda questões acerca da História Política e Militar, além de questões historiográficas pertinentes à labuta do historiador.

Palavras-chave: Historiografia. História Política e Militar.

Political history: contemporary historiographical challenges. Interview with José Miguel Arias Neto

Abstract: The interview with the professor and researcher Dr. José Miguel Arias Neto addresses questions about the Political and Military History, and the historiographical issues relevant to labors of the historian.

Keywords: Historiography. Political and Military History.

Historia política: desafíos historiográficos contemporâneos. Entrevista con José Miguel Arias Neto

Resúmen: La entrevista con el profesor e investigador Dr. José Miguel Arias Neto aborda preguntas acerca de la Historia Política y Militar, y los trabajos de las cuestiones historiográficas pertinentes historiador.

Palabras clave: Historiografía. Historia Política y Militar.

Ferreira Filho/Lima/Oliveira/Pietta: Conte-nos um pouco sobre sua trajetória de pesquisador, sua área de atuação, interesses de pesquisa e documentação.

Arias Neto: Graduei-me em 1986, fiz mestrado na USP - São Paulo. Fiz concurso na UEL, e em 1989 já estava concursado. Participei da fundação da Associação Brasileira de História Oral, da

* Membros da Comissão Executiva da Revista e Mestrados do Programa de Pós-Graduação em História - UNICENTRO.

primeira diretoria. No mestrado pesquisei as representações da política em Londrina vinculadas à ideia de progresso. Naquela época existiam poucos trabalhos sobre o norte do Paraná, existia aquela historiografia mais tradicional, crônicas, memórias, enfim, álbuns comemorativos da cidade, mas poucos trabalhos acadêmicos. Nesta historiografia mais tradicional a geada de 1975 é uma das explicações sobre o fim da cafeicultura no norte do Paraná. Porém percebi que além da geada de 1975, havia outros fatores como a concorrência com os cafés colombianos e africanos que eram de melhor qualidade. Outra questão bastante importante era a atuação do partido comunista no campo. Quando estavam na legalidade, participaram da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais no norte do Paraná, onde reivindicavam direitos dos trabalhadores do campo, como salário mínimo, décimo terceiro, férias, e demais direitos trabalhistas. O jornal, a *Folha de Londrina* já existia desde o final da década de 1940. Havia surgido como empresa jornalística. Foi publicado nesse jornal um despacho jurídico sobre a reivindicação de trabalhadores rurais e dizia o seguinte: que realmente o Paraná era o Eldorado. E o juiz, autor do despacho, considerava o norte do Paraná como Eldorado devido ao fato de considerar bem remunerado o trabalhador rural e, é claro, não aprovou a reivindicação trabalhista. O que me chamou muito a atenção foi o surgimento dos movimentos pelos direitos dos trabalhadores rurais, e a partir daí comecei a pensar em trabalhar com a temática de direitos.

Foi então que surgiu o interesse pela Revolta dos Marinheiros de 1910. A partir da pesquisa percebi que não possível entender esse confronto, sem entender o que a Marinha enquanto instituição militar. Apesar da historiografia majoritariamente afirmar que 1910 caracteriza-se como revolta popular, não é uma revolta popular. Tem todo um componente militar nas reivindicações, que os marinheiros apontaram no documento que encaminhariam ao Presidente da República. Tem uma série de componentes militares, informação, educação, treinamento, formação, carreira, etc.

Há duas interpretações do movimento dos marinheiros de 1910, uma que a caracteriza como revolta popular e outra que era insubordinação. A insubordinação é uma coisa traumática para os militares, e percebi isso quando comecei entender quais eram as transformações que tinham ocorrido através do confronto. Quando o movimento negro se apropria da figura de João Candido como o libertador dos escravos, tive que estudar o século XIX porque a historiografia falava que a insubordinação decorria dos castigos da sociedade escravista. Dei muita importância ao documento dos marinheiros, esse é o documento do movimento. Encontrei o processo enfrentado por João Candido, em decorrência de sua participação na revolta de dezembro, do Batalhão Naval, no Arquivo Nacional. Em 2010 foi o centenário da revolta, então a Marinha foi obrigada a permitir a consulta aos documentos classificados que foram produzidos no período da revolta.

A ideia da Revolta dos Marinheiros como revolta contra os castigos corporais ganha força com a versão disseminada pela historiografia de que a Marinha era, ao contrário do Exército, uma força muito aristocrática. A própria Revolta da Armada foi tida como um movimento monarquista, e isso não encontra sustentação nas evidências existentes que estão disponíveis nos arquivos. Esta visão da Marinha monarquista se deve à propaganda do governo do Presidente Floriano Peixoto, que buscou, a

partir da adesão do Almirante Saldanha da Gama à revolta e da proclamação por este de um manifesto em que afirmava a necessidade de um plebiscito para ver se o Brasil continuaria uma República ou voltaria a ser uma Monarquia. O embaixador brasileiro nos EUA conseguiu baseado neste manifesto, convencer o governo americano de que a revolta era um movimento monarquista. Isto resultou em uma intervenção do governo estadunidense a favor do governo Floriano Peixoto. A documentação existente, contudo, permite verificar que tudo aquilo que se fala em relação ao Exército, sobre as questões das disciplinas técnicas, da formação oficial, da presença do positivismo Comtiano, acontecia na Marinha, aliás, acontece de uma forma muito acentuada.

Durante o movimento de 1910, os Oficiais Mecânicos que cuidavam das máquinas simplesmente cruzaram os braços deixando os Oficiais de Convés incrédulos com a situação. Isso era uma divisão que vinha lá do século XIX. A introdução da máquina a vapor criou o oficialato “de porão” que eram os oficiais mecânicos, que lidavam com as máquinas, ganhavam menos e não tinham o “glamour” do oficial combatente, porque estavam sempre sujos. Então os oficiais combatentes desprezavam este grupo devido ao preconceito em relação ao trabalho manual. Essa modernização dos navios não afetou simplesmente a hierarquia entre os superiores, mas também entre os superiores e os praças (soldados rasos e marinheiros) pois passou a exigir uma nova formação de todos, com novas funções, novos conhecimentos, novas atividades a serem desempenhadas. Os currículos das Escolas passaram a mudar constantemente, procurando acompanhar estas transformações, principalmente depois da guerra do Paraguai.

Então, só para concluir, esta ideia, primeiro que a Marinha é monarquista e que esta feição aristocrática do oficialato explica o movimento dos Marinheiros de 1910, não se sustenta. É verdade que há a permanência de uma visão aristocrática em parte do oficialato naval, mas isto é um aspecto menor. As questões presentes em 1910 são compostas por elementos estruturais de longa duração (para os padrões brasileiros obviamente) e por aqueles mais conjunturais e imediatos. É por isto que é necessário na história, sempre, um estudo detalhado e bastante minucioso do período e uma análise consequente das fontes. Senão tendemos a manter, ou melhor, a reproduzir e a reforçar as visões historiográficas já consagradas, ou de analisar aquela dinâmica que intitulamos “real” pelo modelo.

Atualmente estou estudando o que denomino de “Imprensa Militar” no século XIX e início do XX. Em decorrência das questões que surgiram no doutorado, comecei a pesquisar a Revista Marítima Brasileira que foi criada em 1881, para verificar as discussões que os oficiais faziam sobre a Marinha, os impactos da modernização científica e tecnológica, a questão da organização da força, da defesa etc.

Quando cheguei ao Arquivo da Marinha, fui encaminhado para a sessão de obras raras da Biblioteca de Marinha, pois fui informado que lá haviam edições da Revistas Marítima Brasileira datadas dos anos cinquenta do século XIX. Estas edições têm, na verdade, a feição de jornais periódicos. Fui à Biblioteca Nacional para tentar completar a sequência da RMB dos anos de 1850 e

me deparei com muitos jornais militares, isto é, feitos por militares para militares e não institucionalizados. Então passei a trabalhar um objeto que escolhi chamar de imprensa militar no Brasil do século XIX. No último Congresso da ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa), apareceu uma pesquisadora do Rio Grande do Sul que está trabalhando com periódicos do exército. Com isso percebi que existiu então uma imprensa militar, e de fato, as fontes mostram isso.

É interessante que eles começaram a publicar nesta revista a “História da Marinha”. E esta história se inicia, na visão dos editores, na Guerra de Independência e na da Cisplatina, do Brasil com as Províncias Unidas do Rio da Prata. É neste momento, que se iniciaria a história da marinha. Claro que o que interessa aí é verificar como vai se construindo uma identidade institucional de modo a dotar a Força de um passado que permite também produzir um sentido para o presente e para o futuro. Isto é, aquele que ingressa na Marinha Brasileira passa a compartilhar de uma identidade institucional e de grupo, de um passado e de um futuro comuns.

Outros temas que aparecem na Revista são em primeiro lugar a discussão sobre a organização da força como a reforma do Regimento Provisional e o fim dos castigos corporais, a profissionalização dos marinheiros, as reformas necessárias ao país como o fim da escravidão, pois os tenentes são antiescravistas porque estão envolvidos com a repressão ao tráfico. Outra discussão que surge na Revista diz respeito à ciência e tecnologia aplicadas à guerra: o vapor, o encouraçamento, a artilharia raiada. Trata-se, portanto, da discussão sobre a tecnologia e o que isso representa em termos de defesa.

A partir desses três eixos, percebo que a revista vai construindo uma identidade. A mobilização por uma reorganização da força, e claro, isso implicando na modernização e evidentemente em uma aplicação desse progresso científico tecnológico à guerra, são elementos que estão articulados ao conceito de defesa do período. Produzi um artigo sobre isso e agora, escrevendo um livro como resultado de trabalho. Quer dizer, tenho muita coisa para fazer, quero fazer muita coisa ainda.

Ferreira Filho/Lima/Oliveira/Pietta: Existe revisionismo ou ele é apenas uma acusação de quem está na oposição?

Arias Neto: O que é revisionismo? E o que implica uma “oposição” a este revisionismo. Bem, creio que por revisionismo vocês estão querendo falar acerca do problema da recusa da existência do holocausto dentre outras questões... Bem a recusa da existência do holocausto busca na expressão “revisionismo” uma legitimidade à atuação de neonazistas que se dedicam a esta atividade: negar o holocausto. Então isto não é revisionismo, é negacionismo. E é claro, uma mentira. E emprego o termo mentira na esteira das reflexões de Hannah Arendt. Há um texto chamado Verdade e Política, que ela escreve a propósito da polêmica gerada pelo livro “Eichmann em Jerusalém”. E neste texto ela

afirma: um fato é indestrutível, isto é, o Nazismo exterminou milhões de pessoas, dentre estas seis milhões de judeus. Isto é uma verdade indestrutível. Por outro lado há bastante interessante do Pierre Vidal-Naquet intitulado *Assassinos da Memória*, no qual, o autor acusa os revisionistas. Rever esta questão implica em uma posição meio absurda. Então, está claro que o nazismo é um holocausto, não tem que rever mais nada. Vamos discutir porque aconteceu, como foi que aconteceu. Este tema entra na discussão da Hanna Arendt, na crítica que ela faz ao estado de Israel, naquele livro *Eichmann em Jerusalém*. Ela ficou meio maldita em Israel. E que ela vai dizer? O problema não é a execução de Eichmann, é a oportunidade que Israel perdeu de julgar Eichmann por crimes contra a humanidade, pois o julgaram por crimes contra o povo judeu. Julgar Eichmann por crimes contra a humanidade faria da questão judaica um problema geral e não de um grupo particular e exclusivo, o que promoveria uma solidariedade humana com a questão. Essa é a crítica que ela faz. Uma coisa é você fazer essa discussão política que é a primeira grandeza, outra é negar a existência do fato. Mas você pode dizer que fazer isso é um revisionismo. Isso é desenvolver a historiografia, ou seja, focar em coisas a partir de outras questões. Como no caso do Brasil, pela abertura de arquivos, conhecimentos dos processos que certamente os pesquisadores já estão trabalhando e irão descobrir coisas absolutamente importantes sobre o período ditatorial. Isso é importante fazer! Se isso é um revisionismo, de fato, irão mexer com imagens de memórias cristalizadas, que as pessoas esperam que sejam hegemônicas e, obviamente, imagens caricaturadas. Por exemplo, a imagem que todo militar é torturador, isso é uma coisa que já não se aceita mais. Isso foi um determinado estereótipo que se criou. Essas visões mais simplistas devem ser questionadas, objetivando entender as particularidades, a complexidade do período militar. Não me parece que isto seja revisionismo, no sentido, de que “vamos perdoar”, porque compreender não é perdoar. Ao contrário, é exatamente por que os estereótipos impedem a compreensão que tudo precisa ser revisto. Quando há uma concepção definida sobre determinado assunto, novas investigações implicam reações negativas no sentido de que o investigador pode ser tachado de revisionista e isto implicaria em justificar e perdoar: Porque estudar isso? Já sabemos que é um horror e pronto. O problema é que, e aqui me apoio nas teses de Tzvetan Todorov em um livro chamado *Em face do Extremo*, que compreender não é perdoar. Ao contrário, compreender é possibilitar reconhecer os sinais de que “a serpente mais uma vez pode estar gerando um ovo” (para usar a imagem de Ingmar Bergman) que é preciso combater. Pois aqui a questão é a mesma. Como observou Hannah Arendt, não é porque foi vencido uma vez que o fascismo e o nazismo não possam ocorrer de novo. Esta é a mesma indagação com a qual termina aquele fantástico documentário intitulado *Nuit et brouillard* (Noite e Neblina) de Alain Resnais, datado de 1955. O que vale dizer o seguinte: não é por que vivemos num regime democrático que não podemos cair mais uma vez em uma ditadura. Por que o futuro é imprevisível, mas muitas vezes, os sinais tornam-se perceptíveis, para muitos. Por isto a compreensão destes fenômenos é fundamental. É fundamental abandonar os estereótipos e realizar uma investigação problematizando estes estereótipos.

Faço minhas pesquisas na Marinha e posso dizer que o tema de 1964 é extremamente problemático para os militares. Muitos jovens oficiais estão na academia fazendo seus mestrados, seus

doutorados, e muitos fazendo história na própria instituição. A pesquisa de 1964 vai barrar no limite institucional, ou seja, aquilo que o comando reproduz como história institucional, que possui relações com a identidade do grupo. Mas mesmo do ponto de vista institucional isto tem mudado um pouco quando, por exemplo, verifica-se, por exemplo, que há pessoas do Exército que também são contra as comemorações de 1964 como uma *Revolução*. Eles têm noção da complexidade do acontecimento, inclusive muitos empregam os termos *golpe e ditadura* e não revolução de 1964 para designar este período da nossa história. Ou seja, no âmbito das Forças Armadas há uma homogeneidade de pensamento. Agora se você já parte, para estudar a questão, com uma visão preconcebida sobre os militares contemporâneos e sua forma de pensar, etc., sua pesquisa já começou mal e corre o risco de não acrescentar novo ao conhecimento deste período da história brasileira.

Ferreira Filho/Lima/Oliveira/Pietta: Estamos entrando em discussões políticas, ainda mais quando se encaminha para questão da educação, onde se mexe com sensibilidades ao se falar em ditadura militar no Brasil. Sobre a docência, como se posicionar diante de todas essas versões sobre a história política recente?

Arias Neto: É necessário! Farei uma provocação ao contrário, é possível falar como Ranke, olhar a história do ponto de vista de Deus ou Zeus? Não. A gente está na história e está escrevendo sobre a história, tudo vai impactar na vida da gente, evidentemente quando você está trabalhando em uma situação de ensino. Acho que é bem complicado, mas o professor tem que ter preparo. Para trabalhar esta questão, creio que a primeira coisa (isto em qualquer assunto, mas assuntos como este em especial) é não tratar a questão como um jogo de futebol, no qual se está de um lado ou de outro. Obviamente não queremos uma ditadura. Mas isto se articula à questão da compreensão de que falava anteriormente. Por exemplo: quantas pessoas no Brasil sabem o que os militares pensam ou o que um militar de 1964 que estava envolvido no golpe pensava? Existem vários estudos sobre isso. Mas por exemplo, a questão da guerra fria, nações anticomunistas, todas essas questões estão presentes em discursos dos militares, mas não são temas exclusivos destes. O anticomunismo era e é ainda uma força disseminada socialmente, é como o discurso sobre a ordem, acerca do desenvolvimento e a crise econômica. Se não tivessem um apelo, midiático inclusive, as pessoas não sairiam para as ruas para a marcha da família. É necessário compreender, e isto não é justificar. É isso que penso sobre a atuação do professor. Levar o aluno a compreender esta situação complexa, mas não justificar, pois nada justifica. Tem que saber que o mundo, pós-guerra mundial discutiu, refletiu e assinou que estamos em um regime democrático, com liberdade religiosa, liberdade de expressão, direito de existência. Nada justifica a tortura, nada justifica a violência. O professor tem que estar preparado para isso, é uma situação difícil, mas tem que tentar compreender porque senão a gente vai continuar reproduzindo versões cristalizadas e estereotipadas e isto é um risco. Qual o risco? Veja como disse, a derrota da

ditadura não significa que não possamos vivenciar de novo um regime daquela natureza. Exatamente porque a história não é estática, a democracia não é uma constante fixa no tempo e no espaço. A democracia é uma conquista diária, e o risco que corremos ao ter uma compreensão estereotipada do passado é não saber reconhecer no presente os sinais do totalitarismo e das várias formas de autoritarismo existentes. É por isto, por exemplo, que as pessoas podem muito bem abrir mão das “liberdades duramente conquistadas” em nome da “segurança nacional”. O Ato Patriótico nos EUA é um exemplo deste tipo de retrocesso político. Guantánamo é um exemplo deste tipo de retrocesso político. É uma ameaça não somente para os EUA, mas para todas as democracias. Evidentemente temos posições políticas distintas, mas concordamos que ninguém quer mais o regime ditatorial, nem tortura. Entendemos que é fundamental ter um regime com liberdade e desenvolvimento econômico, no sentido de se garantir uma vida digna para todos. Acredito que o professor deve questionar as visões cristalizadas tanto da direita quanto da esquerda. Tem que fazer compreender, tem que existir essa compreensão do ponto de vista histórico, tem que dialogar, tem que conversar. Nós, professores de história, temos que compreender os acontecimentos das mais diferentes perspectivas para construirmos uma melhor compreensão da história das mulheres e dos homens que habitam esta nossa casa comum, que é o mundo.

Recebido em 16/10/2013

Aprovado em 25/02/2014
